programa final

Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras
Fórum de Usuários
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"
Simpósio de Inovações
Jornada de Cursos
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

60 anos
1936-1996

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

Institutos Regionais Associados

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix
Secretaria Geral - Luciana Kanham
Confege, Confest e Simpósio de Inovações
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
Jornada de Cursos - Carmen Feijó
Finanças - Marise Maria Ferreira
Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira
Programação Visual - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza
Atendimento aos Participantes - Cristina Lins
Apoio
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk

Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.

MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA

*Domingos LINO

Nos últimos anos temos assistido um crescente interesse de diversos setores por temas como meio ambiente, ecossistemas, recursos naturais e tecnologias alternativas não poluentes. Empresas conhecidas pela sua forma de atuação predatória em relação ao meio ambiente e às condições de trabalho destinam recursos cada vez maiores para publicidade investindo numa imagem de "protetoras do meio ambiente" e governos tem acenado com tombamento de áreas, planos de zoneamento e reflorestamento associado a atividades produtivas. Contudo, ao valorizar e associar o meio ambiente somente à preservação ambiental, o crescente destaque dado ao tema tem muitas vezes esvaziado e negado o desafio que este representa.

Para o movimento sindical, este é um tema relativamente novo. Apesar das lutas imediatistas em defesa do emprego e do salário, (hoje muito mais do emprego que do salário), a CUT conseguiu dar um salto de qualidade ao incorporar nas suas bandeiras de luta, as questões de cunho social.

O IV Congresso Nacional da CUT (IV CONCUT) definiu sete eixos estratégicos que foram aprofundados no V CONCUT, dentre os quais se destacam as políticas sociais. Esses pressupostos ajudaram a fortalecer a ação da CUT neste campo e revelaram uma preocupação básica da Central em conceber o trabalhador não só como produtor de riquezas mas também como sujeito de direitos, ou seja, cidadão.

No plano dos sindicatos e dos ramos de atividade, o tema ganhou força em resposta às péssimas condições de trabalho (saúde e segurança no trabalho) e ao comprometimento da qualidade do meio ambiente externo às unidades produtivas.

A vinculação do trabalho com o meio ambiente é profunda. Através do trabalho o homem se apropria da natureza, transformando-a segundo seus interesses e necessidades. Vinculadas aos processos produtivos, as situações de risco e de alteração ambiental afetam coletivos de trabalho e coletividades vizinhas.

Nesse processo o trabalhador é a pessoa que com maior intensidade sofre as conseqüências negativas da deterioração do meio ambiente, sofrendo uma tripla agressão:

•Como trabalhador ao ocupar determinada função na produção (industrial, agrícola ou prestação de serviço), esta exposto a métodos agressivos e substâncias semelhantes às que contaminam o exterior das indústrias, porem com uma maior intensidade em função de um maior grau de concentração.

•Como cidadão através da contaminação do solo, água e ar e, por residir próximo a esses espaços ou às rotas de transporte de certos materiais.

•Como consumidor ao consumir uma série de produtos e serviços aos quais desconhece suas possibilidades tóxicas.

Alguns eventos ocorridos nos últimos anos ilustram essa situação. Em Vila Socó - Cubatão- em 1984, houve vazamento de canalização de derivados de petróleo da empresa Petrobrás, com derramamento em área de mangue atingindo uma favela local, fazendo dezenas de mortos, desaparecidos e feridos.

Grandes acidentes como esse apresentam o aspecto eventual e único do risco coletivo. Mas existem outros riscos coletivos de caráter cumulativo, cuja percepção não é tão nítida e seus pequenos aumentos percentuais ao longo do tempo passam despercebidos.

O Pólo Petroquímico de Camaçari na Bahia, criado há 10 anos sobre um importante manancial de água mineral, é um retrato desse risco. Os dejetos do Pólo já comprometeram o rio Capivara Pequeno e o estuário de Jacuípe, chegando até o mar e contaminando os mananciais de água que abastecem Salvador. São conhecidos entre os trabalhadores vários casos de leucopenia, surdez e doenças respiratórias provocadas pela exposição a inúmeros agentes químicos e estudos da Universidade tem apontado aumento das doenças respiratórias entre a população residente na região.

Deve-se considerar que a implementação de projetos industriais, agropecuários e hidrelétricos foram efetivados no país, em grande parte, sem que houvessem maiores preocupações com as condições de vida e trabalho das populações.

A OIT em um Simpósio Tripartite sobre Saúde, Segurança Ocupacional, Condições de Trabalho e Transferência de Tecnologias, realizado em 1981, definiu algumas orientações, nem sempre adotadas pelas transnacionais e governos receptores locais, entre elas:

•Tecnologias Sustentáveis

Os países receptores de novas tecnologias precisam ter o poder de decidir qual tipo de tecnologia pode ou não, ser sustentável à sua realidade, incluindo o direito de participação da sociedade na tomada de decisão.

•Informações

Informações detalhadas dos efeitos em geral causados onde estas tecnologias foram aplicadas, incluindo:

Identificação clara de substâncias perigosas, suas propriedades, quantidade envolvida, formas de armazenamento, manuseio, processamento, produção e transporte.

Análise detalhada de riscos e acidentes que estas tecnologias podem criar, bem como plano de emergência para controle e combate a estes riscos e treinamento do pessoal envolvido em todas as etapas de manuseio, produção, transporte e consumo.

No entanto, os projetos/empresas instaladas não adotaram, em sua maioria, os recursos tecnológicos disponíveis para o controle das condições ambientais e redução dos riscos.

Esse quadro vem se deteriorando aceleradamente nos últimos anos. Isso ocorre em função de vários motivos, entre eles, devido ao longo período de crise econômica, que reduziu os investimentos e defasou tecnologicamente ainda mais as empresas instaladas e no caso das estatais, com o processo de desmonte dessas empresas, beneficiando a implementação do processo de privatização.

A maioria das empresas não reconhece a existência de problemas ambientais e de riscos às coletividades (trabalhadores e comunidade) e dificultam o reconhecimento da organização sindical nos locais de trabalho e os direitos básicos dos trabalhadores. Mesmo pedidos de informações feitos por trabalhadores e sindicatos sobre prontuários médicos, matérias-primas utilizadas, dados sobre a produção são quase sempre negados, sendo identificados como sigilos industriais.

O acesso dos trabalhadores a esses dados e sua organização a partir dos ambientes de trabalho pode possibilitar a discussão sobre o processo produtivo, a responsabilização de empresas pelos prejuízos e riscos já presentes, o direito de recusa ao trabalho em locais e situações de risco e proposições para melhorias e alterações nos ambientes de trabalho.

Ao interferir nos processos produtivos, a questão ambiental assume o caráter de uma nova variável fundamental para se pensar as alternativas econômicas ao modelo de desenvolvimento, seja nos processos de reestruturação e modernização industrial, seja na transformação da estrutura agrária e agrícola.

Nesse sentido, a melhoria das condições de trabalho é algo de interesse público que supera o âmbito dos próprios empreendimentos produtivos e das localidades onde são produzidas mercadorias e serviços e também os problemas.

MEIO AMBIENTE E PRODUÇÃO INDUSTRIAL

O desenvolvimento industrial vem contribuindo para a deterioração da qualidade de vida, com sérias repercussões para o futuro, facilmente percebidas no surgimento das chamadas "Doenças Ocupacionais".

Os limites entre ambientes comuns e de trabalho não são sempre claros e extrapolam as fronteiras dos portões das fábricas atingindo as comunidades vizinhas. Seja por suas chaminés, que diariamente despejam toneladas de gazes, vapores e partículas no ar, seja por seus efluentes líquidos, despejados em rios e mananciais, como nas regiões do recôncavo baiano e do ABC paulista, onde toneladas de metais pesados (mercúrio, por exemplo) vêm sendo lançadas dia a dia em mananciais onde se captam água para consumo doméstico, o resultado é sempre a invasão da dinâmica da produção no espaço de vida das pessoas.

Estima-se que São Paulo, para manter o título de estado mais industrializado do país, produza anualmente, através de seu parque industrial, 2,5 milhões de toneladas de resíduos prejudiciais à saúde. As indústrias básicas são as que geram maior impacto ambiental, por causa da amplitude de suas atividades e pelo grande consumo de recursos

naturais. Dos oito setores industriais brasileiros com forte presença no mercado internacional, quatro são altamente nocivos ao meio ambiente: papel e celulose, alumínio, minério de ferro e siderurgia primária, extração de petróleo e petroquímica.

Defasada tecnologicamente, a indústria brasileira só consegue competir à custa de baixos salários, da exploração predatória dos nossos recursos naturais, com impactos negativos sobre a saúde e segurança do trabalhador nas fábricas e da deterioração da qualidade devida da população da cidade e do campo. Neste sentido é interessante observarmos ***o que, como, onde e para quem produzimos.***

ALUMÍNIO

A maior parte de nossa produção é para exportação. De mais de um milhão de toneladas produzidas, apenas 300 mil permanecem no país. Da mineração da bauxita à produção do alumínio, as atividades deste setor são das mais agressivas ao trabalhador e ao meio ambiente, a começar pela necessidade movimentação de grandes volumes de solo para extração da bauxita (cada tonelada de alumínio produzida exige quatro de bauxita), trazendo também. como resultado a produção de resíduos altamente poluidores.

Um terço da composição do alumínio é energia elétrica e é justamente no consumo da energia necessária para produção do alumínio que está o interesse das multinacionais em transferir para o Brasil, suas atividades que concentram os principais problemas ambientais

SIDERURGIA

50% da produção destinada à exportação (1990), o que torna o Brasil o 5°. maior exportador mundial. Apenas 12% do minério de ferro extraído do pais, permanece aqui. A siderurgia é considerada a terceira maior fonte de degradação ambiental, logo após a agricultura e a petroquímica. Para cada tonelada de aço produzido são necessárias 1,6 toneladas de minério de ferro; o carvão vegetal proveniente das matas nativas responde por 80% das necessidades para o setor. Nos 20% restantes, é utilizado o carvão mineral (coque), que tem como subproduto o gás de coqueria rico em benzeno, responsável dentre outras coisas, pelos casos de leucopenia e leucemia dos trabalhadores expostos a ele. Na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), 514 casos, e na Cosipa, 2.300 casos.

QUIMICA/PETROQUIMICA

Porém, talvez nenhuma indústria seja tão agressiva ao meio ambiente e à saúde do que a indústria química e petroquímica, pois são nestas atividades que está presente a maioria dos carcinógenos e teratógenos.

Além da agressividade própria das substâncias utilizadas por essas indústrias, acrescente-se o fato de estarem geralmente situadas nas regiões metropolitanas e no litoral. Por exemplo: uma empresa química/petroquímica que fabrica cloro/soda próximo às margens da represa Billings em São Paulo, depositando mercúrio, soda caustica e outros

produtos químicos no rio Grande, principal alimentador do manancial que abastece o ABC, compromete a qualidade da água desse reservatório.

O controle de emissões tóxicas, como óxido de enxofre, óxido de nitrogênio, hidrocarbonetos, metais pesados, hidrocarbonatos e particulados em geral não são adequadamente realizados, contaminando regatos, rios e outros mananciais vizinhos.

AGRICULTURA X GROTÓXICOS

O modelo agrícola adotado pelo Brasil na década de 60 abriu mão da soberania da terra e da integridade do trabalhador rural. adotando um modelo de desenvolvimento insustentável em termos de custo social e ambiental.

Na década de 80 o Brasil consumia 160 mil toneladas/ano de veneno, cuja ação química, em muitos casos, leva de 30 a 40 anos para extinguir-se. O pior é que, freqüentemente, estes venenos são usados de forma preventiva.. Outro ponto grave é que muitos destes produtos não tem antídoto, tanto que estão proibidos em seus países de origem, mas circulam livremente em nosso país.

Já se sabe, também, que a era da lavoura química (que aumentaria de forma espetacular a produção agrícola, em nome da alimentação dos povos famintos), na verdade, não ajudou os agricultores, nem a terra e muito menos aos famintos.

O uso de agrotóxicos, de 64 a 79 fase áurea do mercado do veneno no país cresceu 421%, enquanto o aumento médio de produtividade das 154 principais culturas brasileiras não ultrapassou a 5%. Analisando as seis culturas que mais pesam na nossa agricultura (algodão, arroz, café, cana, soja e trigo), que em toneladas correspondem a 85% da produção agrícola nacional, verificamos que a produtividade cresceu menos de 8%, para um aumento no consumo do veneno de 250% (Revista Proteção abril/90).

SAÚDE E TRABALHO NO CAMPO

Os agrotóxicos chegaram às lavouras de forma desastrosa. Em diversas regiões, hospitais receberam um grande número de agricultores intoxicados. As pessoas passavam mal, muitas morreram e os médicos não entendiam qual era a origem do problema. Os agrônomos é que começaram a sentir que havia uma relação entre o veneno e o fato das pessoas estarem adoecendo e morrendo.

Um estudo sobre acidentes na área rural realizado pela Fundacentro, em 1988 em oito estados brasileiros, utilizando-se das Comunicação de Acidentes do Trabalho (CATs), cuja emissão é bastante precária por parte dos empregadores, e nem sempre registradas pelo INSS. revelou que das 512 declarações de acidentes por agrotóxicos, 47,6% eram por inseticidas, 2,15% por fungicidas, 6,25% por herbicídas e 44,14% por venenos indefinidos. Estes dados coletados mostram a realidade e o modelo de nossa produção agrícola e do desenvolvimento a que estamos submetidos.

Neste cenário, aparentemente desfavorável e depressivo, é importante destacar as contradições e conflitos existentes no interior do processo, que sugerem oportunidades de intervenção e de mudança social na direção de uma sociedade mais justa e eqüitativa. Entre eles, podem ser lembrados: o desenvolvimento, no âmbito dos movimento sociais de iniciativas, ainda que isoladas, porem fortes, de oposição e enfrentamento dessa situação e da possibilidade do exercício da solidariedade internacional.

Considerando que este processo em curso, é irreversível e que tem trazido mudanças radicais em todas as esferas da vida social, particularmente no "mundo do Trabalho", com impactos positivos e negativos sobre a saúde-doença dos trabalhadores é importante o engajamento de toda a sociedade, e dos trabalhadores em particular, no processo de definição de estratégias de enfrentamento de suas conseqüências adversas.

Entre os procedimentos que já vem sendo adotados, Fruto de resolução do V CONCUT e de vários seminários realizados pelo Coletivo Nacional de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente da CUT -CNSTMA/CUT, apontamos alguns pontos da agenda sindical que devem ser reforçados, constituindo uma "agenda de trabalho" então:

- ampliação da circulação de informações e ampliação de debate sobre o tema, com envolvimento social crescente que se transforme em atuação efetiva. Nesse processo deverão ser utilizados os modernos recursos disponíveis de comunicação, o envolvimento da mídia, a nível nacional e internacional;

- o intercâmbio de instrumentos de intervenção e negociação, como contratos, ações judiciais, para proteção e melhoria das condições de trabalho, saúde e do meio ambiente, bem como a proteção do emprego;

- o investimento na preparação de recursos humanos, particularmente de profissionais capacitados a lidar com as "novas questões", nos diferentes campos do conhecimento, com uma ênfase nas abordagens inter. e transdiciplinares;

- a construção de mecanismos e estratégias de ação conjunta, em uma expressão concreta de solidariedade entre grupos sociais, os trabalhadores em particular

- Priorizar a luta pela mudança radical no atual modelo de desenvolvimento, absorvendo a variável ambiental

- Reivindicar a adoção de políticas de valoração dos recursos naturais no mercado interno e externo, através da cobrança de sobretaxas punitivas que alimentem fundos especificamente voltados para sua conservação e ou regeneração.

- Incluir as questões ambientais na pauta das negociações que costumam preceder os processos de reestruturação das empresas, bem como nos fóruns mais amplos, como as Câmaras Setoriais. Nessas instâncias de negociação, as propostas devem orientar-se pelo principio "poluidor pagador" (paga o poluidor ou paga a sociedade?) e avançar na criação de uma metodologia que permita contabilizar os custos ambientais da produção.

- Participação e articulação de plataformas comuns com os fóruns da sociedade civil e dos movimentos sociais

- Acompanhamento e intervenção no Congresso Nacional nos temas relacionados à questão ambiental buscando Intervir nos processos de zoneamento econômico e ambiental em todo o país.

- Introduzir a proteção ambiental na luta por uma política agrícola e agrária, com destaque para o banimento do uso de agrotóxicos, compatível com os interesses dos trabalhadores, com a garantia .das reservas extrativistas sob controle dos trabalhadores e da demarcação das terras indígenas sob o controle dos mesmos.

- Incorporação em todos os níveis de uma política ambiental nas pautas de negociação.

Muitas outras atividades poderiam ser aqui listadas, e deverão ser agregadas no exercício criativo e comprometido de construção de uma sociedade mais justa e ecologicamente sustentável, resgatando a dimensão humana do trabalho e uma vida digna para todos.

Finalizando, é importante destacar que estamos vivendo e protagonizando um momento particularmente importante a história humana, no qual o velho e o novo, passado e futuro estão juntos, competindo e atuando sinérgicamente. A situação é complexa e exige soluções criativas, assentadas em alguns principios e valores essenciais para a transformação do mundo:

- o direito universalizado à atenção, promoção e proteção daqueles que trabalham, independente de sua forma de inserção no processo produtivo;

- o direito à formação,

- o direito à participação efetiva, em processos democráticos;

- os princípios da solidariedade efetiva e da ética norteando as decisões e as ações.

- Direito à Organização a partir de seu Local de Trabalho - OLT, constituindo Comissões de Condições de Trabalho, Saúde e Meio Ambiente, que possa ocupar-se da questões relativas tanto ao ambiente interno como externo das empresas.

- Direitos à informação e ao conhecimento, ágil e decodificada, adequada a cada usuário sobre todas as questões relativas aos processos e riscos a que estão expostos, trabalhadores, população e meio ambiente.

- Direito de formação, compartilhado com seus sindicatos.

- Direito a exercer influência no processo de tomada de decisão relativas a conversão e reconversão das empresas, vinculadas aos novos processos de desenvolvimento de tecnologias, bem como na planificação de programas de proteção ambiental e, particularmente, sobre o controle de emissões e tratamento de resíduos.

- Direito de recusa ao trabalho frente a situações de risco.

Desta forma a CUT busca no seu dia a dia fazer com que todo o movimento sindical CUTista passe a cumprir um papel de responsabilidade com as gerações futuras, trabalhando na construção da cidadania e por uma qualidade de vida melhor, que para nós significa, direito ao trabalho, salário justos, moradia, transporte, educação, saneamento básico, lazer, prazer e um meio ambiente saudável.

Todo este esforço estará colimado na busca permanente de se colocar o desenvolvimento a serviço de uma sociedade justa onde os frutos e benefícios do trabalho humano sejam eqüitativamente distribuídos.

*Domingos Lino
Coordenador Executivo do
Inst. Nac. de Saúde no Trabalho INST/CUT
Membro da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT - CNMA/CUT
Associado da 3ª turma do programa Lead/Abdl/USP - Associação Brasileira para o Desenvolvimento de lideranças em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

BIBIIOGRAFIA

- Caderno de resoluções do V CONCUT
- Machin, B. R. - Ambiente e Trabalho - Revista INST nº 6 - pg 13 dez/jan/1996
- Lino, D. - Meio Ambiente, Saúde e condições de Trabalho - Revista INST nº 8 - pg 16 abr/mai/1992
- Sevá F. O, Machin B. R. e outros - Risco Ambiental-INST/CUT - 1992
- Revista Proteção - Infortúnio no Campo.- abr/1991.
- Giocoechea, I. l. e Garcia, L. S. El médio Ambiente desde el puesto de Trabajo - UGT/Madrid
- Conferência Internacional do Trabalho, 77ª reunião - El Medio Ambiente y el Mundo del Trabjo - OIT.
- Safety, healt and working conditions in the transfer of technology to developing countries - ILO/1986.
- Lino, D. e Costa Dias. E.- La Globalización de la Economia y los Impactos sobre la Salud y Seguridad de los Trabajadores - mimeo, apresentado no XIV Congresso Mundial de Saúde e Segurança no Trabalho abr/1996.